



ATA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA PRIMEIRA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Aos dezoito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, às nove horas e sete minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a Presidência do Senhor Deputado Paulo Corrêa e secretariada pelos Deputados Zé Teixeira e Herculano Borges, Primeiro e Segundo-Secretários, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária semipresencial.

PRESIDENTE - Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Bom dia, Senhores Deputados! Solicito ao Segundo-Secretário, Deputado Herculano Borges, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO - Bom dia, Senhor Presidente! Quero saudar Vossa Excelência e também os Deputados Coronel David, Capitão Contar, Barbosinha, Antonio Vaz, Pedro Kemp, Evander Vendramini, Professor Rinaldo, Marçal Filho, Mara Caseiro, Jamilson Name e João Henrique. Esses são os Deputados que eu visualizo. Desejo a todos um bom trabalho. Leitura da ata. *"Ata da Quinta Sessão Ordinária da Terceira Sessão Legislativa da Décima Primeira Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos onze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, às nove horas e treze minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a Presidência do Senhor Deputado Antonio Vaz e secretariada pelos Deputados Zé Teixeira e Coronel David, Primeiro e Segundo-Secretários, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária semipresencial."* **PEQUENO EXPEDIENTE** - Lida e aprovada a Ata Seis da Quarta Sessão Ordinária. Pelo Senhor Primeiro-Secretário foram lidos os seguintes expedientes: Mensagens nºs 3 a 5/2021, do Poder Executivo; Ofício nº 22/2021, da Prefeitura de Rio Brilhante; Cartas nºs 2.223/2020 e 6/2021, da Águas Guariroba; Ofício nº 6/2021, da Liga das Entidades Carnavalescas de Campo Grande. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** - Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos Deputados Cabo Almi, Renato Câmara, Barbosinha, Mara Caseiro, Marcio Fernandes, Lucas de Lima, Lidio Lopes e Zé Teixeira. **GRANDE EXPEDIENTE** - Suprimido o Grande Expediente. **ORDEM DO DIA** - Foram aprovadas, em discussão única e votação nominal on-line, as seguintes proposições: Projetos de Decreto Legislativo nºs 1 a 5/2020, de autoria da Mesa Diretora. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de congratulação, de autoria do Deputado Lidio Lopes, endereçada ao Prefeito de Água Clara pelo aniversário do município; requerimento de moção de congratulação, de autoria do Deputado Pedro Kemp, endereçado à Organização Médicos Sem Fronteiras pela atuação no combate à pandemia da Covid-19 e no atendimento aos pacientes nas comunidades indígenas da etnia Terena no Município de Aquidauana; requerimento de informações, de autoria do Deputado Pedro Kemp; indicações, de autoria dos Deputados Herculano Borges, Professor Rinaldo, Lidio Lopes, Mara Caseiro, Felipe Orro, Barbosinha, Jamilson Name e Antonio Vaz. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** - Usaram da palavra os Deputados Cabo Almi e Barbosinha. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, onze de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um". Senhor Presidente, foi lida a ata. Antes de passar a palavra a Vossa Excelência, Presidente, eu quero agradecer ao Deputado Coronel David, que, na sessão passada, assumiu aqui a função de Segundo-



Secretário, porque eu estava em uma agenda externa acompanhando o Governador do Estado no lançamento das obras que serão realizadas no Município de Guia Lopes.

PRESIDENTE - Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Bom dia, Deputado Zé Teixeira, Primeiro-Secretário! Solicito que Vossa Excelência proceda à leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO - Bom dia, Senhor Presidente! Bom dia, nobres pares! Desejo a todos um dia abençoado por Deus. Expediente da Sessão Ordinária do dia 18 de fevereiro do ano de 2021: Ofícios nºs 151, 186 a 188, 196, 197, 201, 205, 206, 208, 210 e 211/2021, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações dos Deputados Marcio Fernandes, Cabo Almi, Renato Câmara, Felipe Orro, Zé Teixeira, Capitão Contar, Mara Caseiro, Marçal Filho e Professor Rinaldo (Prot. nºs 18602/2021, 18598/2021, 18599/2021, 18601/2021, 18636/2021, 18662/2021, 18728/2021, 18727/2021, 18726/2021, 18725/2021, 18724/2021, 18723/2021); Ofício nº 195/2021, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo ao requerimento do Deputado Evander Vendramini (Prot. nº 18663/2021); Ofício nº 198/2021, da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos de Mato Grosso do Sul, encaminhando cópia do Termo de Cooperação Técnica nº 02/2021 (Prot. nº 18730/2021); Ofícios nºs 45 e 49/2021, da Prefeitura Municipal de Campo Grande, respondendo às indicações do Deputado Cabo Almi (Prot. nºs 18695/2021 e 18696/2021); Ofícios nºs 157 a 159 e 161/2021, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande, respondendo às indicações dos Deputados Lidio Lopes, Coronel David e Cabo Almi (Prot. nºs 18717/2021, 18718/2021, 18719/2021 e 18720/2021); Ofícios nºs 31 a 54/2021, da Associação Renasce a Esperança, encaminhando solicitação de emenda parlamentar (Prot. nºs 18596/2021, 18605/2021, 18607/2021, 18608/2021, 18609/2021, 18610/2021, 18611/2021, 18612/2021, 18613/2021, 18614/2021, 18615/2021, 18616/2021, 18617/2021, 18618/2021, 18619/2021, 18620/2021, 18621/2021, 18622/2021, 18623/2021, 18624/2021, 18625/2021, 18626/2021, 18627/2021 e 18628/2021). Foi lido o expediente, Senhor Presidente.

PRESIDENTE - Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos Senhores Deputados (*Duas indicações e um projeto de lei, de autoria do Deputado Lucas de Lima. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Marcos Marcello Trad, Prefeito Municipal de Campo Grande, com cópia ao Senhor Luiz Eduardo Costa, Secretário Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana, solicitando que seja executada a limpeza de alguns terrenos localizados na Rua Vinte Um, entre as Ruas Trinta e Sete e Trinta e Oito, no Bairro Nova Campo Grande (Prot. nº 277/2021). Indico à Mesa Diretora, na forma do disposto no artigo 176 do Regimento Interno, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao Senhor Marcos Marcello Trad, Prefeito Municipal de Campo Grande, com cópia ao Senhor Janine de Lima Bruno, Diretor-Presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito, solicitando a implantação de duas faixas elevadas de pedestres, sendo uma na Rua Marquês de Lavradio, número 452, em frente ao Residencial Tupinambás, e outra na mesma rua, em frente



ao Fort Atacadista, no Jardim São Lourenço (Prot. nº 280/2021). Projeto de lei. Dispõe sobre a garantia de prioridade de tramitação dos procedimentos investigatórios que visem à apuração e responsabilização de crimes dolosos e culposos com resultado morte, inclusive na modalidade tentada, que tenham como vítimas crianças e adolescentes, no âmbito do Estado de Mato Grosso Sul (Prot. nº 286/2021). Duas indicações, de autoria do Deputado Pedro Kemp. Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Rudi Fiorese, Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, solicitando a realização do serviço de limpeza e manutenção no Parque Itanhangá, incluindo a revitalização do parque infantil (Prot. nº 279/2021). Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor José Mauro Pinto de Castro Filho, Secretário Municipal de Saúde Pública, solicitando a realização do serviço de limpeza e manutenção na área externa do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas, localizado no Bairro Jardim São Bento (Prot. nº 281/2021). Duas moções de congratulação, seis indicações, um requerimento e três moções de pesar, de autoria do Deputado Renato Câmara. Requeiro à Mesa Diretora, com fulcro no artigo 173, XVI, do Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, que seja enviada moção de congratulação ao Senhor Carlos Vinicius da Silva Figueiredo pelos dez anos de serviços prestados ao Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS) (Prot. nº 283/2021). Requeiro à Mesa Diretora, com fulcro no artigo 173, XVI, do Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, que seja enviada moção de congratulação à Senhora Ana Tereza Gomes Guerrero pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Mato Grosso do Sul como representante da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) (Prot. nº 290/2021). Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais desta Casa, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à Senadora Simone Tebet, ao Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, Senhor Reinaldo Azambuja, e ao Diretor-Presidente da Agraer, Senhor André Nogueira Borges, solicitando a aquisição de uma grade niveladora de arrasto de trinta e seis discos para atender os pequenos produtores da Associação de Produtores de Hortifrutigranjeiros de Sete Quedas (Prot. nº 285/2021). Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais desta Casa, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à Senadora Simone Tebet, ao Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, Senhor Reinaldo Azambuja, e ao Diretor-Presidente da Agraer, Senhor André Nogueira Borges, solicitando a aquisição de um vincão, um sulcador, uma niveladora e uma calçadeira para atender à comunidade e Assentamento Volta Redonda, no Município de Nova Alvorada do Sul (Prot. nº 282/2021). Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais desta Casa, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à Senadora Simone Tebet, ao Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, Senhor Reinaldo Azambuja, e ao Diretor-Presidente da Agraer, Senhor André Nogueira Borges, solicitando a aquisição de maquinários agrícolas para atender a Associação dos Produtores Rurais Aldeia Sete Serros Teco Porã, no Município de Paranhos (Prot. nº 284/2021). Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais desta Casa, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à Senadora Simone Tebet, ao Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, Senhor Reinaldo Azambuja, e ao Diretor-Presidente da Agraer, Senhor André Nogueira Borges, solicitando a viabilização de equipamentos para a Associação de Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Estrela do Sul,



localizada no Município de Angélica (Prot. nº 294/2021). Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais desta Casa, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à Senadora Simone Tebet, ao Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, Senhor Reinaldo Azambuja, e ao Diretor-Presidente da Agraer, Senhor André Nogueira Borges, solicitando a viabilização de uma patrulha mecanizada para a Associação dos Produtores Rurais e Moradores do Assentamento Casa Verde, localizada no Município de Nova Andradina (Prot. nº 296/2021). Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais desta Casa, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à Senadora Simone Tebet, ao Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, Senhor Reinaldo Azambuja, e ao Diretor-Presidente da Agraer, Senhor André Nogueira Borges, solicitando a viabilização de equipamentos para o Centro Rural Bairro da Festa, localizado no Município de Batayporã (Prot. nº 297/2021). Com fundamento no que dispõe o artigo 160, inciso V, do Regimento Interno, encaminho o presente requerimento à Mesa Diretora desta Casa de Leis, após deliberação do colendo Plenário, solicitando a reserva do Plenário Deputado Júlio Maia para o dia 22 de março de 2021, às oito horas e trinta minutos, para a realização do II Seminário Estadual da Água (Prot. nº 289/2021). Requeiro à Mesa, nos termos regimentais desta Casa, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares do Senhor Antônio Fernando Andrade Prado, falecido no dia 14 de fevereiro de 2021. Nando, como era carinhosamente conhecido, era neto do fundador de Nova Andradina, o Senhor Antônio Joaquim de Moura Andrade. Fernando chegou a Nova Andradina no ano de 1983. Morava na fazenda Baile e seu escritório era na Alameda, atrás do Banco do Brasil. Como empresário, sua atuação foi importante para o desenvolvimento de Nova Andradina (Prot. nº 293/2021). Requeiro à Mesa, nos termos regimentais desta Casa e após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares do Senhor Celso Bogaz Hernandez, falecido no dia 15 de fevereiro de 2021 (Prot. nº 291/2021). Requeiro à Mesa, nos termos regimentais desta Casa e após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares da Senhora Maria Suely Pereira de Souza, falecida no dia 16 de fevereiro de 2021. Dona Suely, como era carinhosamente conhecida, chegou a Batayporã, vindo de Dracena, para trabalhar como professora nos anos 1970 e, posteriormente, se casou com o Doutor Jercé. Na condição de primeira-dama, entre 1988 e 1992 e 2001 e 2008, atuou na Secretaria de Assistência Social. Perfeccionista e sempre com olhar voltado aos menos favorecidos, ela foi responsável por desenvolver projetos que ajudaram na formação de crianças, jovens e adultos. Os idosos eram outro grupo para o qual Dona Suely tinha um olhar especial. Foi sob seu comando que foram criados, em Batayporã, o Lar Santo Antônio (asilo) e o Centro de Convivência do Idoso (CCI). A Escola de Educação Especial Luz do Amanhã, mantida pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) é outra instituição que contou com a colaboração primordial da ex-primeira-dama. Maria Suely Pereira de Souza deixa o esposo, Doutor Jercé, e três filhos, sendo eles os Médicos André e Isabella e a Advogada Priscila, e três netos (Prot. nº 292/2021). Uma moção de congratulação e uma indicação, de autoria do Deputado Neno Razuk. Requeiro à Mesa, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação à Moderna Associação Campo-Grandense de Ensino (Mace), na pessoa dos Professores Reni Domingos dos Santos, Pedro Chaves dos Santos Filho e Therezinha dos Santos Samways, estendida a toda a equipe da instituição, parabenizando-os pelo lançamento do livro que traz a



história dos cinquenta anos de criação do colégio (Prot. nº 289/2021). Indico à Mesa Diretora, nos termos regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Reinaldo Azambuja, Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, e à Senhora Maria do Carmo Avezani, Diretora-Presidente da Agehab, solicitando informações sobre os critérios para cadastro e seleção na lista de preferência para aquisição de moradias por deficientes e pessoas com necessidades especiais, e se é oferecida informação no cadastro a respeito da necessidade de adaptação das moradias nos programas habitacionais estaduais (Prot. nº 305/2021). Um projeto de lei, de autoria do Deputado Marcio Fernandes. Dispõe sobre a obrigatoriedade das vendas de veículos automotores novos (zero quilômetro) serem realizadas pelos fabricantes, ou pelos concessionários revendedores autorizados, diretamente ao consumidor no Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências (Prot. nº 288/2021). Uma indicação e uma moção de pesar, de autoria do Deputado Herculano Borges. Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, nos termos do que dispõe o artigo 176 do Regimento Interno, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Prefeito Municipal de Campo Grande, Senhor Marcos Marcello Trad, com cópia ao Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Senhor Rudi Fiorese, solicitando que seja executada a Operação Tapa-Buraco na Avenida Marquês de Pombal, em toda sua extensão, no Bairro Tiradentes (Prot. nº 303/2021). Requeiro à Mesa, nos termos regimentais desta Casa de Leis, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares da Senhora Marlene Anita Giordani Pauli pelo seu falecimento, ocorrido no dia 16 de fevereiro de 2021, nesta Capital (Prot. nº 304/2021). Um projeto de decreto legislativo, de autoria da Mesa Diretora. Prorroga, até 30 de junho de 2021, os efeitos do Decreto Legislativo nº 632, de 3 de junho de 2020, que reconhece a ocorrência do estado de calamidade pública no Município de Rio Brilhante, para os fins do disposto no artigo 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (Prot. nº 287/2021). Quatro requerimentos e uma moção de pesar, de autoria do Deputado Evander Vendramini. Requeiro à Mesa Diretora, depois das formalidades regimentais, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao Secretário interino de Infraestrutura, Senhor Luis Roberto Martins de Araújo, com cópia autônoma ao Senhor Mauro Azambuja Rondon Flores, Diretor de Suporte e Manutenção Viária da Agência de Gestão e Empreendimentos de Mato Grosso do Sul, solicitando — com a máxima urgência — a manutenção da pavimentação (recapeamento asfáltico) na Rodovia MS-040, que, devido às más condições de trafegabilidade, está pondo em risco a vida dos condutores. Em anexo envio-lhes algumas fotos da pavimentação asfáltica, que está em péssimas condições de trafegabilidade (Prot. nº 306/2021). Requeiro à Mesa, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao Governador do Estado, Senhor Reinaldo Azambuja, com cópia ao Secretário interino de Estado de Infraestrutura, Senhor Luis Roberto Martins de Araújo, e à Secretária de Estado de Educação, Senhora Maria Cecília Amendola da Motta, solicitando a reforma do auditório da Escola Estadual Júlia Gonçalves Passarinho, do Município de Corumbá (Prot. nº 308/2021). Requeiro à Mesa, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao Senhor Naron Gutierrez Nogueira, Secretário de Previdência (Ministério da Economia), com cópia autônoma ao Senhor Raimundo Martin Pereira Ruiz, Gerente Executivo do INSS em Campo Grande-MS, solicitando — com urgência — que seja enviado aos municípios de Mato Grosso do Sul, principalmente aos da região pantaneira (Corumbá, Ladário, Miranda e Aquidauana),



mais médicos peritos para realizar os laudos das pessoas que dependem dos benefícios de aposentadoria e de outros para viver com dignidade (Prot. nº 307/2021). Requeiro à Mesa, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao Governador do Estado, Senhor Reinaldo Azambuja, com cópia ao Secretário interino de Estado de Infraestrutura, Senhor Luis Roberto Martins de Araújo, e à Secretária de Estado de Educação, Senhora Maria Cecília Amendola da Motta, solicitando a reforma da quadra esportiva da Escola Estadual Julia Gonçalves Passarinho, do Município de Corumbá (Prot. nº 309/2021). Requeiro à Mesa, depois das formalidades regimentais, que seja encaminhada, em nome desta Assembleia Legislativa, moção de pesar pelo falecimento da inesquecível Senhora Margarida da Costa Brambilla, na data de 11 de fevereiro de 2021, em Corumbá. Requeiro, igualmente, que, desta manifestação seja dada ciência aos familiares da Senhora Margarida da Costa Brambilla (Prot. nº 300/2021). Duas indicações, de autoria do Deputado Professor Rinaldo. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o Plenário, que seja enviado expediente deste Poder ao Prefeito de Campo Grande, Senhor Marcos Marcello Trad, com cópia ao Diretor-Presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito, Senhor Janine de Lima Bruno, solicitando a instalação de sinalização vertical (placa de PARE) na Rua Inúbia Paulista, esquina com a Rua Enzo Cienteli, no Bairro Jardim Monumento (Prot. nº 310/2021). Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, que seja enviado expediente deste Poder ao Superintendente Regional do Dnit do Estado de Mato Grosso do Sul, Senhor Euro Varanis Junior, solicitando a instalação de um redutor de velocidade no trecho da BR-376 com a MS-147, que liga o Município de Vicentina ao Distrito de Culturama (Prot. nº 311/2021). Duas moções de pesar, uma moção de apoio e uma indicação, de autoria da Deputada Mara Caseiro. Requeiro à Mesa, com fulcro no artigo 173, inciso XV, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares de Maria Suely Pereira de Souza, ex-primeira dama do Município de Batayporã, por seu falecimento, ocorrido no dia 16 de fevereiro de 2021, rogando a Deus que ela tenha, na eternidade, a paz que em vida mereceu (Prot. nº 315/2021). Requeiro à Mesa, com fulcro no artigo 173, inciso XV, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares de Américo da Costa Leal pelo seu falecimento, ocorrido no dia 7 de fevereiro de 2021, rogando a Deus que ele tenha, na eternidade, a paz que em vida mereceu (Prot. nº 316/2021). Requeiro à Mesa Diretora, em consonância com as disposições regimentais do artigo 173, inciso XVI, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de apoio à Fundação de Cultura do Estado de Mato Grosso do Sul, à Fundação de Cultura e Patrimônio Histórico de Corumbá e ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional pelo registro do Banho de São João como Patrimônio Cultural do Brasil (Prot. nº 313/2021). Indico à Mesa, em consonância com as disposições regimentais do artigo 160, VI, e do artigo 176 do Regimento Interno, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Governador do Estado, Reinaldo Azambuja, com cópia ao Diretor-Presidente da Energisa, Senhor Marcelo Vinhaes Monteiro, solicitando a realização de manutenção da rede elétrica dos assentamentos localizados no Município de Itaquiraí, especialmente do Santa Rosa, do Santo Antônio, do Tamakavi e do Boa Sorte (Prot. nº 314/2021).). Encerrado o Pequeno Expediente. Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Suprimido o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Item 1.



Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 214/2020. Autor: Poder Executivo. "Autoriza o Poder Executivo Estadual a doar, com encargo, ao Município de Brasilândia, o imóvel que especifica, e dá outras providências". Neste caso, as comissões terão de finalizar seus pareceres de mérito em Plenário. Convido o Presidente da Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração, Deputado Marçal Filho, para finalizar o trabalho da Comissão e coletar os votos do Deputado Neno Razuk, cujo suplente é o Deputado Capitão Contar; do Deputado Evander Vendramini, cujo suplente é o Deputado Lucas de Lima; do Deputado Jamilson Name, cujo suplente é o Deputado Lidio Lopes; do Deputado Eduardo Rocha, cujo suplente é o Deputado Pedro Kemp. Quero fazer uma ressalva: o Deputado Lidio Lopes está representando esta Casa na primeira sessão legislativa da Câmara Municipal de Campo Grande. Passo a palavra ao Presidente da Comissão.

DEPUTADO MARÇAL FILHO (Presidente da Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração) - Bom dia, Senhor Presidente! Bom dia a todos os colegas Parlamentares! Eu vou coletar os votos dos colegas, os quais já têm o relatório em mãos, já têm conhecimento do parecer desta Comissão. Como vota o Deputado Neno Razuk? Na ausência do Deputado Neno Razuk, convido o seu suplente, Deputado Capitão Contar. Como vota o Deputado Capitão Contar?

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR - Senhor Presidente, eu acompanho o voto do relator. Voto sim.

DEPUTADO MARÇAL FILHO (Presidente da Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração) - Como vota o Deputado Evander Vendramini?

DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI - Bom dia, Senhor Presidente! Bom dia, nobres pares! Voto com o relator. Voto sim.

DEPUTADO MARÇAL FILHO (Presidente da Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração) - Como vota o Deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME - Bom dia, Senhor Presidente! Eu voto com o relator. Voto sim.

DEPUTADO MARÇAL FILHO (Presidente da Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração) - Como vota o Deputado Eduardo Rocha?

DEPUTADO EDUARDO ROCHA - Bom dia, Senhor Presidente! Bom dia, amigos! Eu vou acompanhar o voto do relator. Voto sim.

DEPUTADO MARÇAL FILHO (Presidente da Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração) - Senhor Presidente, com o meu voto favorável, a aprovação é por unanimidade nesta Comissão.



PRESIDENTE - Agradeço. Agora, convido o Presidente da Comissão de Acompanhamento da Execução Orçamentária, Deputado Evander Vendramini, para finalizar o trabalho da Comissão e coletar o voto do Deputado Jamilson Name, cujo suplente é o Deputado João Henrique; do Deputado Renato Câmara, cujo suplente é o Deputado Marcio Fernandes; do Deputado Eduardo Rocha, cujo suplente é o Deputado Barbosinha; e do Deputado Professor Rinaldo, cuja suplente é a Deputada Mara Caseiro.

DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI (Presidente da Comissão de Acompanhamento da Execução Orçamentária) - Bom dia, Senhor Presidente! Bom dia, mais uma vez, nobres pares! O parecer que está com todos os colegas membros da Comissão é favorável. Portanto, passo a coletar os votos. Como vota o Deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME - Voto com o relator. Voto sim.

DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI (Presidente da Comissão de Acompanhamento da Execução Orçamentária) - Como vota o Deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA - Voto sim.

DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI (Presidente da Comissão de Acompanhamento da Execução Orçamentária) - Como vota o Deputado Eduardo Rocha?

DEPUTADO EDUARDO ROCHA - Senhor Presidente, vou acompanhar o voto do relator. Voto sim.

DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI (Presidente da Comissão de Acompanhamento da Execução Orçamentária) - Como vota o Deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Deputado Evander Vendramini, eu acompanho o voto de Vossa Excelência. Voto sim.

DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI (Presidente da Comissão de Acompanhamento da Execução Orçamentária) - Senhor Presidente, aprovado por unanimidade nesta Comissão.

PRESIDENTE - Agradeço. Neste momento, retomo a condução dos trabalhos. O projeto encontra-se apto a ser votado. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Passo a coletar os votos dos Senhores Deputados.

Projeto de Lei nº 214/2020, de autoria do Poder Executivo.



Presidente - Deputado Paulo Corrêa.

Primeiro-Secretário - Deputado Zé Teixeira.

Segundo-Secretário - Deputado Herculano Borges.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Barbosinha?

DEPUTADO BARBOSINHA - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Cabo Almi? Como vota o Deputado Capitão Contar?

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Eduardo Rocha?

DEPUTADO EDUARDO ROCHA - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Evander Vendramini?

DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Felipe Orro? Como vota o Deputado Gerson Claro? Como vota o Deputado Herculano Borges?

DEPUTADO HERCULANO BORGES - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE - Voto sim.



PRESIDENTE - O Deputado Lidio Lopes está em missão oficial externa, representando a Casa na Câmara Municipal de Campo Grande. Como vota o Deputado Londres Machado? Como o Deputado Lucas de Lima? Como vota a Deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como o Deputado Marçal Filho?

DEPUTADO MARÇAL FILHO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como o Deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES - Voto sim.

PRESIDENTE - Como o Deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK - Voto sim.

PRESIDENTE - Como o Deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP - Voto sim.

PRESIDENTE - Como o Deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA - Voto sim.

PRESIDENTE - Solicito que seja anunciado o resultado da votação pelo Deputado Herculano Borges.

SEGUNDO-SECRETÁRIO - Senhor Presidente, são dezessete votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE - Aprovado. Vai ao Expediente. Senhores Deputados, quero registrar que eu recebi, no começo desta Sessão, uma ligação da consultoria do Governo, solicitando que o Projeto de Lei nº 216/2020, Item 2, fosse retirado de pauta para que sejam feitos alguns ajustes. Solicito, então, que o referido projeto seja retirado de pauta.

DEPUTADO BARBOSINHA - Pela ordem, Senhor Presidente.



PRESIDENTE - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Barbosinha.

DEPUTADO BARBOSINHA - Senhor Presidente, na sessão anterior, postulei à Mesa Diretora que analisasse o projeto relacionado aos "fura-fila da Covid-19", que apresentei. Tal projeto estabelece sanção administrativa àqueles que, eventualmente, imunizarem-se indevidamente e para aqueles que, eventualmente, venham a auxiliar outras pessoas neste crime. Eu requeri — inclusive, obtive a assinatura de vários Parlamentares; se não me engano, oito ou nove Parlamentares se manifestaram naquela ocasião — que o projeto pudesse tramitar em regime de urgência, devido à necessidade de que se estabeleçam regras relacionadas a este assunto. Acho que a Mesa Diretora — naquela ocasião — não consultou o Plenário, ou as lideranças, a respeito dessa tramitação do projeto em regime de urgência. Então, se, eventualmente, esse assunto não foi apreciado, eu reitero meu pedido no sentido de que o referido projeto, com a aquiescência dos nobres pares, possa tramitar em regime de urgência.

PRESIDENTE - Deputado Barbosinha, o projeto está em trâmite normal. Eu vou pedir sua paciência. Agora, eu quero consultar o Deputado Marcio Fernandes sobre os nomes do G-9, porque esse é o único grupo que ainda não apresentou os nomes de seus representantes. Por causa disso, eu estou de mãos atadas. Então, eu peço que Vossa Excelência agilize isso, a fim de que as comissões permanentes funcionem. Estão faltando os dois titulares e os dois suplentes do seu grupo.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES - Senhor Presidente, eu já vou apresentar. Ficou combinado entre os membros do nosso grupo [o G-9] que nós repetiremos a participação dos colegas nas comissões das quais eles já faziam parte no bloco anterior, com exceção da CCJR, para a qual nós indicaremos os Deputados Eduardo Rocha e Barbosinha. Quanto às demais comissões, nós manteremos os mesmos representantes.

PRESIDENTE - Então, já que os Deputados Eduardo Rocha e Barbosinha estão sendo indicados para a CCJR, Comissão mais importante da Casa, solicito a presença do Vice-Presidente, Deputado Eduardo Rocha. O suplente seria quem, Deputado, para a gente completar a lista?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES - O suplente do Deputado Eduardo Rocha é o Deputado Renato Câmara; e o suplente do Deputado Barbosinha é o Deputado Neno Razuk.

PRESIDENTE - Está completa a CCJR, que é a Comissão mais importante da Casa. Vou solicitar que o senhor nos entregue esses nomes por escrito até terça-feira. Deputado Eduardo Rocha, pelo fato de Vossa Excelência ser o mais experiente na CCJR, tem como o senhor realizar a eleição da Presidência dessa Comissão em Plenário?

DEPUTADO EDUARDO ROCHA - Eu não sei se agora, mas tem como; se não for possível fazer hoje, na terça ou na quarta-feira eu faço. Eu posso fazer uma



convocação, se me permite, aos Deputados para que, na quarta-feira, às oito horas, façamos essa eleição.

PRESIDENTE - Então, Deputado Barbosinha, com esta resposta do mais experiente da CCJR, o Deputado Eduardo Rocha, eu vou pedir que Vossa Excelência aguarde até quarta-feira. Aí, depois que seu projeto passar pela CCJR, a gente faz com que ele seja tramitado em regime de urgência. Vossa Excelência está de acordo?

DEPUTADO BARBOSINHA - Sim, Presidente. Se não há outra alternativa, eu aguardo até quarta-feira.

PRESIDENTE - Solicito novamente ao G-9 que complete — o mais rápido possível — entre hoje, amanhã e terça-feira a relação com os nomes de seus representantes, para que possamos completar todas as comissões permanentes. Sempre é feito assim, os mais experientes, quer dizer, os mais idosos convocam cada comissão e elegem seus presidentes.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES - Eu já estou solicitando à minha assessoria jurídica que faça a lista com os nomes de nossos representantes e a protocole ainda hoje na Presidência.

PRESIDENTE - Agradeço muito, Deputado. Fico feliz. A Assembleia, efetivamente, está demonstrando agilidade.

DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI - Senhor Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE - Pela ordem, o Deputado Evander Vendramini.

DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI - Como ficou a composição da CCJR?

PRESIDENTE - Eu vou ler os nomes dos representantes dos grupos para Vossa Excelência. G-10: Deputados Evander Vendramini e Gerson Claro; G-9: Deputados Eduardo Rocha e Barbosinha; PSDB: Deputado Professor Rinaldo. [Fala fora do microfone]. Eu não posso fazer ainda porque o Deputado Marcio Fernandes passará a relação dos representantes do G-9 por escrito a partir de hoje.

DEPUTADO MARÇAL FILHO - Pela ordem, Presidente.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Pela ordem, Presidente.

PRESIDENTE - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Marçal Filho; na sequência, o Deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO MARÇAL FILHO - Senhor Presidente, eu gostaria de dizer o seguinte: esse projeto do Deputado Barbosinha é extremamente importante. Em Dourados, essa questão de furar fila é um problema sério. A Secretaria Estadual de Saúde fez um balanço para apontar os cinco melhores e os cinco piores municípios em



termos de vacinação. E, infelizmente, Dourados está entre os cinco piores. Em nível de Brasil, Mato Grosso do Sul está muito bem. Dourados, no entanto, que é a cidade onde eu moro, está apresentando um desempenho ruim. Nós temos recebido a informação de que muita gente que não se enquadra no grupo de risco e que não está na linha de frente no que tange ao enfrentamento da Covid-19 está sendo vacinada, está furando fila. A Câmara Federal já aprovou uma medida que estabelece o seguinte: "quem furar fila responderá criminalmente." Há, inclusive, uma mudança no Código Penal com relação a isso. Ou seja, a partir de agora, furar fila passa a ser considerado crime. Então, nós precisamos adotar alguma medida, dentro das nossas prerrogativas, como é o caso desse projeto do Deputado Barbosinha, que trata da questão administrativa. Já a questão penal, ou criminal, é com a Câmara Federal, como já aconteceu. Só para que os senhores tenham ideia, Dourados começa a vacinar hoje os idosos com idade de noventa anos ou mais; sendo que, há dez dias, a prefeitura já tinha anunciado que seriam vacinados os idosos de oitenta e cinco anos. No entanto, tudo está atrasado. Isso é muito grave, porque esses idosos correm o risco até de morrer. Quando as vacinas são utilizadas de forma indevida por pessoas que não são idosos, que não são do grupo de risco, que não são do grupo de frente, isso acaba expondo inocentes ao risco de contaminação. Mas várias vidas podem ser salvas com a vacina. E, para finalizar, quero dizer que o Ministério Público de Dourados já abriu procedimento para investigar esses casos, porque as denúncias são muitas. Era isso que eu gostaria de registrar. Obrigado.

PRESIDENTE - Obrigado, Deputado. Com a palavra, pela ordem, o Deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Bom dia, Senhor Presidente e colegas Deputados! Eu gostaria de solicitar que fosse encaminhada uma moção de pesar ao Senhor Alexandre Jesus dos Santos devido ao falecimento do seu pai, Senhor Valdecir Leão dos Santos, ocorrido ontem, aqui em Campo Grande. A moção poderá ser redigida nos seguintes termos: "O Parlamento Sul-Mato-Grossense, através da iniciativa do Deputado Professor Rinaldo (PSDB), lamenta, com profundo pesar, o falecimento do Senhor Valdeci Leão Santos, e no mesmo ato se solidariza com seus familiares e amigos. A Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, pesarosa, mas resignada com a vontade de Deus, almeja que a compaixão divina esteja nos corações dos familiares e amigos que compartilharam da convivência deste irmão, que partiu de nosso convívio, deixando riquíssimos exemplos dignificantes". Era isso, Senhor Presidente (Prot. nº 312/2021). Além desta moção de pesar, eu quero apresentar uma indicação ao Superintendente Regional do Dnit-MS...

PRESIDENTE - Deputado Professor Rinaldo, a moção de pesar tudo bem, mas a indicação ao Dnit fica ruim porque ainda não votamos o Item 3. Então, como diz meu amigo de mesa, que é um especialista em esporte, Deputado Herculano Borges, "pode ser que o senhor tenha queimado a largada". Mas eu peço licença ao senhor, para que possamos votar o Item 3.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Na verdade, houve uma falha na conexão da minha internet. Eu imaginei que a Sessão já estivesse na terceira fase do Expediente.



PRESIDENTE - Aguarde só um minuto. Vossa Excelência já está inscrito e será o primeiro a usar a palavra, pela ordem, nas Explicações Pessoais. Nós estamos votando o Item 3. Em discussão única e votação simbólica...

DEPUTADO BARBOSINHA - Pela ordem, Senhor Presidente.

PRESIDENTE - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Barbosinha.

DEPUTADO BARBOSINHA - Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer ao Deputado Marçal Filho pela manifestação relacionada ao meu projeto. Em segundo lugar, eu gostaria de solicitar que, com relação ao meu projeto, nós pudéssemos nos comportar da mesma forma que nos comportamos para votar os projetos do Governo (mantendo as comissões existentes). E caso haja alguma demora, quero requerer a Vossa Excelência que as comissões existentes, estendido o prazo de vigência pela Mesa Diretora, possam avaliar o projeto que eu apresentei nesta Casa.

PRESIDENTE - Eu pergunto a Vossa Excelência...

DEPUTADO CORONEL DAVID - Pela ordem, Senhor Presidente.

PRESIDENTE - Antes de passar a palavra, pela ordem, ao Deputado Coronel David, eu quero lhe fazer uma pergunta, Deputado Barbosinha. Vossa Excelência ficará satisfeito se votarmos na quarta-feira que vem, conforme combinamos?

DEPUTADO BARBOSINHA - Se nós tivermos sessão da CCJR na quarta-feira — e essa data me parece muito em cima; acho difícil realizar a sessão da CCJR nessa data, até porque é preciso escolher a direção do trabalho. Agora, se houver reunião na quarta-feira, não haverá problemas para mim.

PRESIDENTE - Quero perguntar ao Deputado Eduardo Rocha se é possível fazer a eleição em trinta minutos e utilizar o restante do tempo para avaliar, em primeira mão, o projeto do Deputado Barbosinha?

DEPUTADO EDUARDO ROCHA - Senhor Presidente, pode se comprometer com o Deputado Barbosinha. Nossa comissão é composta por apenas cinco membros. Portanto, nós temos condições de fazer essa reunião em dez minutos e a sessão em seguida. Aliás, acredito que não haverá somente o projeto do Deputado para ser votado, haverá outros projetos também. Nós vamos tocar a CCJR para frente na própria quarta-feira.

DEPUTADO BARBOSINHA - Senhor Presidente, pela ordem mais uma vez.

PRESIDENTE - Pois não.



DEPUTADO BARBOSINHA - Para que o projeto seja submetido à CCJR na quarta-feira, é preciso de parecer; porque na quarta-feira será feita somente a distribuição. Se não houver parecer, não haverá como a CCJR votar o projeto.

PRESIDENTE - Deputado Barbosinha, eu vou solicitar novamente que a nova CCJR avalie seu projeto. Se Vossa Excelência insistir, eu vou colocar o caso para o Plenário decidir. Aí a gente despacha agora. Mas nós estamos pedindo para Vossa Excelência aguardar um pouco. Seu projeto será votado em regime de urgência, conforme o Deputado Eduardo Rocha disse. Aliás, seu projeto pode ser despachado, inclusive com o parecer, na própria sessão. Deputado Eduardo Rocha, posso fazer esse compromisso com o Deputado Barbosinha?

DEPUTADO EDUARDO ROCHA - Pode fazer o compromisso, Senhor Presidente. Na quarta-feira nós elegemos a Presidência e a Vice-Presidência da CCJR e já apreciamos o projeto. Eu também concordo que furar fila seja um crime. Eu até pedi para subscrever esse projeto do Deputado Barbosinha. A pessoa que decide furar a fila, deixar um idoso, alguém que tenha comorbidade, alguém que precise da vacina, comete um crime. Então, vamos ver se a gente faz esse projeto tramitar em regime de urgência.

PRESIDENTE - Deputado Barbosinha, concorda?

DEPUTADO BARBOSINHA - Perfeito, Senhor Presidente. Espero que esse seja um padrão a ser seguido quando os demais projetos forem apresentados doravante.

PRESIDENTE - Perfeitamente, Deputado Barbosinha. Seu projeto estará na pauta da Sessão de quarta-feira. Item 3. Em discussão única e votação simbólica. Três requerimentos, vinte e sete indicações e uma moção de congratulação. Em discussão. Encerrada discussão. Em votação. Os Deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Item 4. Moções de pesar. Moção de pesar, de autoria do Deputado Renato Câmara, em razão do falecimento do Senhor Paulino José dos Santos. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Moção de pesar, de autoria do Deputado Renato Câmara, em razão do falecimento do Senhor Odécio Cuenca. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Moção de pesar, de autoria do Deputado Renato Câmara, em razão do falecimento do Senhor Lino de Oliveira. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Moção de pesar, de autoria do Deputado Renato Câmara, em razão do falecimento do Senhor Francisco Tavares do Nascimento. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Encerrada a Ordem do dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o Deputado Professor Rinaldo.



DEPUTADO CORONEL DAVID - Pela ordem, Senhor Presidente, Vossa Excelência se esqueceu de mim.

PRESIDENTE - Eu esqueci. Com a palavra, pela ordem, o Deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID - Eu gostaria de falar sobre a votação.

PRESIDENTE - Pois não. Vou anotar sua participação aqui.

DEPUTADO CORONEL DAVID - Sim, Senhor Presidente.

PRESIDENTE - Deputado Professor Rinaldo, Vossa Excelência já esperou bastante, mas o Deputado Coronel David estava inscrito. Ele pode falar primeiro do que o senhor?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Senhor Presidente...

DEPUTADO CABO ALMI - Pela ordem, Senhor Presidente.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - ...Antiguidade é posto. Eu sou apenas um soldado. O Deputado é coronel, então ele está com a palavra.

PRESIDENTE - Perfeitamente. Deputado Cabo Almi, já está registrada sua solicitação de uso da palavra. Vossa Excelência será o quinto a falar. Com a palavra, pela ordem, o Deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID - Senhor Presidente, eu pedi a palavra apenas para reforçar o pedido do Deputado Barbosinha, devido à relevância do assunto e porque matéria idêntica já vem sendo discutida no Congresso Nacional. Eu também tive o prazer de subscrever essa proposta, para que possamos, em um curto espaço de tempo, avaliar e aprovar o projeto do Deputado Barbosinha. Tal aprovação servirá para a Assembleia Legislativa mostrar sua indignação, que também é de boa parte da população. Nós também não admitimos essa conduta irregular no momento da vacinação. Era isso, Senhor Presidente.

PRESIDENTE - Agradeço, Deputado Coronel David. Antes de passar a palavra ao Deputado Professor Rinaldo, quero me dirigir ao Deputado Barbosinha. Deputado, parece que há uma coincidência. Por favor, não nos interprete mal, pelo amor de Deus, mas hoje o Presidente da CCJR da legislatura anterior, o Deputado Lidio Lopes, está representando nossa Casa na primeira sessão legislativa da Câmara Municipal de Campo Grande. Por causa disso, eu não solicitei que ele se fizesse presente para fazer a votação. Não nos leve a mal. Não é má vontade. Eu concordo com o projeto. Quero assiná-lo com Vossa Excelência. Vou fazer o possível para que ele tramite em regime de urgência. Claro que eu poderia fazer a votação com o suplente, que é o Deputado Pedro Kemp, mas a gente tomou essa decisão de levar o projeto para quarta-feira para inaugurarmos a nova CCJR. Já elegemos os membros da CCJR; agora será eleito o Presidente. Tudo será rápido. Eu tenho certeza de que o



Deputado Eduardo Rocha também pensa como nós e, se Deus quiser, ele conduzirá com destreza a CCJR para aprovar o projeto, de modo que, na quarta-feira, a gente possa votar em primeira.

DEPUTADO EDUARDO ROCHA - Pela ordem, Senhor Presidente.

PRESIDENTE - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Eduardo Rocha.

DEPUTADO EDUARDO ROCHA - Esse projeto é de suma importância. O Deputado Barbosinha tem meu total apoio. Vamos fazer o possível para aprovar esse projeto urgentemente. Mas a minha preocupação é a seguinte: eu fiquei sabendo que, em Campo Grande, não há mais vacinas. E essa será uma tristeza para o povo sul-mato-grossense. Espero que não. Espero que chegue mais vacinas para imunizar a população.

PRESIDENTE - Perfeito. Com a palavra, pela ordem, o Deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Senhor Presidente, eu quero parabenizar o Deputado Barbosinha. Se dependesse de mim, já teríamos aprovado hoje o projeto. Se o Deputado me permitir, eu quero ser um dos signatários desse projeto. Eu não tenho dúvidas de que a CCJR fará o que for preciso para que possamos votar a proposição na próxima quarta-feira. Como membro da comissão, eu faço esse compromisso. Além disso, Senhor Presidente, eu quero apresentar uma indicação ao Prefeito de Campo Grande, Senhor Marcos Marcello Trad, com cópia ao Diretor-Presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito, Senhor Janine de Lima Bruno, solicitando a instalação de uma placa de "PARE" na Rua Inumbia Paulista, esquina com a Rua Enzo Ciantelli, no Bairro Jardim Monumento. A proposição foi apresentada pela população local, porque a falta de sinalização tem acarretado alguns transtornos. Além disso, de forma especial, quero apresentar uma indicação ao Superintendente do Dnit porque, na BR-376 com a BR-146, no trecho que liga o Município de Vicentina ao Distrito de Culturama, há uma entrada que tem trazido transtornos à população. Já ocorreram alguns acidentes no trecho, inclusive com vítimas fatais. E eu gostaria de que Vossa Excelência também nos ajudasse nesse sentido, para que seja instalado um redutor de velocidade no local, evitando que novos acidentes venham a ocorrer. Recentemente, a Associação Comercial de Fátima do Sul e os nossos amigos de Culturama disseram que realmente está complicado o trânsito naquela entrada. No mais, quero desejar a todos um ótimo dia. Que Deus nos abençoe. Que a vacina contra o coronavírus alcance todos os brasileiros, porque a situação está difícil. Um primo meu de Dourados, na quinta-feira passada, foi ao hospital e descobriu que não tinha vagas; a equipe precisou levá-lo para o hospital de Ponta Porã. Eu falei com o Secretário de Estado de Saúde, Geraldo Resende, sobre isso, e ele até estranhou. Depois ele entrou em contato com o Secretário de Dourados, Senhor Frederico, para tratar dessa questão. Então, a situação ainda está complicada, e nós não podemos brincar com esse vírus. Ademais, eu acredito que vencer a Covid-19 seja um desafio de todos nós. Eu não posso deixar de parabenizar o Governador e o Secretário Geraldo Rezende, que têm se esforçado para solucionar esse problema, mas a situação ainda é complicada, até porque o povo não está levando a sério. Aqui



em Campo Grande, os bares estão lotados, "é uma coisa de louco"; e nós não sabemos qual será o desdobramento disso. Eu já perdi a minha avó, agora estou com esse primo internado, tenho vários amigos em Campo Grande que estão entubados nos hospitais. Então, a gente fica na torcida para que essa vacina chegue aqui o mais rápido possível. Mais uma vez, ratifico a importância desse projeto do Deputado Barbosinha. Na minha opinião, é inadmissível alguém — neste momento de dor, de pânico, não só em nosso Estado, mas no Brasil e no mundo inteiro — querer usar de má-fé e entrar na frente do idoso e daquele profissional que realmente são prioritários. Portanto, fica aqui meu registro. Muito obrigado, Senhor Presidente.

DEPUTADO EDUARDO ROCHA - Pela ordem, Senhor Presidente.

PRESIDENTE - Deputado Professor Rinaldo, eu gostaria de assinar com Vossa Excelência essa solicitação de instalação de redutor de velocidade na entrada de Culturama.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Autorizado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Eduardo Rocha.

DEPUTADO EDUARDO ROCHA - Senhor Presidente, eu quero apenas convocar alguns Deputados para a sessão da CCJR na quarta-feira, às oito horas. Pelo PSDB, o Deputado Professor Rinaldo; pelo G-10, os Deputados Evander Vendramini e Gerson Claro; e pelo G-9, o Deputado Barbosinha. O objetivo é fazermos a eleição da CCJR. Se Deus quiser, às oito horas e quinze minutos, no máximo, poderemos iniciar a sessão. Vamos limpar a pauta de quarta-feira.

PRESIDENTE - Ok. Fica registrado, Deputado. Agradeço-lhe a presteza. Deputada Mara Caseiro, não se preocupe, porque Vossa Excelência está devidamente anotada. Com a palavra, o Deputado Herculano Borges.

DEPUTADO HERCULANO BORGES - Presidente e nobres colegas, primeiramente eu quero registrar, nesta manhã, uma moção de pesar aos familiares da Senhora Marlene Anita de Jordane Pauli pelo seu falecimento, ocorrido no dia 16 de fevereiro, nesta Capital. A Marlene era mãe de um amigo. Então, em nome do Jeferson Pauli, quero deixar meus pêsames a toda a família. Que Deus conforte os corações, neste momento de luto. Por último, Senhor Presidente, uma indicação ao Prefeito Marcos Marcello Trad, com cópia ao Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Rudi Fiorese, solicitando que seja executada a Operação Tapa-Buraco em toda a extensão da Avenida Marquês de Pombal, no Bairro Tiradentes. Esta é uma indicação que foi encaminhada ao nosso gabinete pelos moradores da região. É só, Senhor Presidente. Obrigado.

PRESIDENTE - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Cabo Almi.

DEPUTADO CABO ALMI - Senhor Presidente, Deputado Paulo Corrêa, bom dia! Bom dia, colegas. Vou fazer a leitura de duas indicações. A primeira. Indico à Mesa Diretora que seja encaminhado expediente ao Governador do Estado, Reinado



Azambuja, com cópia ao Secretário de Estado de Saúde, Senhor Geraldo Resende, e aos secretários municipais de Saúde do Estado, solicitando que tomem providências para incluir, na fase inicial do processo imunização contra a Covid-19, as equipes de sepultadores que trabalham nos cemitérios. Tenho recebido alguns pedidos de proprietários de cemitério dizendo que os funcionários que trabalham nessa área correm um risco constante. Mesmo com todo o cuidado, com toda a preparação, com todo o equipamento, eles têm de fazer o sepultamento das pessoas vítimas da Covid-19. Então eu gostaria de pedir que, tão logo chegue a vacina — o Deputado Eduardo Rocha disse que não há mais vacina em Campo Grande —, que sejam incluídos como prioridade esses funcionários dos cemitérios. Nós sabemos que não são muitos os que frequentam os velórios, já que há um limite para a quantidade de pessoas, mas lá trabalha quem faz a limpeza, quem serve o lanche, o corpo administrativo, além daqueles que fazem os sepultamentos, dos que têm de lidar, enfim, com essa situação toda. Peço, portanto, ao Secretário de Estado de Saúde, Geraldo Resende, que, chegando as vacinas, dê prioridade também a esse setor tão importante da sociedade. Outra indicação. Peço à Mesa Diretora que seja enviado expediente ao Governador do Estado, Reinaldo Azambuja, com cópia ao Secretário de Estado de Infraestrutura, Senhor Luis Roberto Martins de Araújo, solicitando os serviços de recuperação asfáltica da Operação Tapa-Buracos para a Rodovia MS-040, no trecho compreendido entre a saída de Campo Grande e o Distrito de Três Barras, na altura da Escola Agrícola, no sentido Santa Rita do Pardo. O asfalto ainda é novo, mas infelizmente, não se por quê, toda vez que chove abrem-se crateras enormes ali naquele trecho, de forma que a via está precisando de uma reparação por parte da Secretaria de Infraestrutura do Estado. Estou tentando uma audiência com o Secretário de Infraestrutura, ainda não consegui marcá-la, mas na terça-feira pretendo trazer também uma indicação para tratar do trecho que liga aquelas torres, após Anhanduí, Nova Alvorada do Sul. Há ali uma estrada vicinal, uma área de grandes plantações de soja e, no início da colheita, os produtores estão tendo dificuldades para escoar a safra. Eu recebi este pedido, já tentei audiências, sem sucesso, o secretário estava viajando; espero ser recebido nas próximas horas ou nos próximos dias para que possamos buscar uma solução através do Fundersul. É um imposto pago inclusive pelos produtores rurais, e esperamos que através desse fundo se possa recuperar aquele trecho, que liga a entrada daquelas torres. Quando estamos indo para Dourados, passamos em frente delas; é por dentro, do lado esquerdo, e sai lá em Nova Alvorada. Eram essas as minhas indicações hoje, Senhor Presidente. Obrigado pela oportunidade.

PRESIDENTE - Agradeço, Deputado Cabo Almi, Na sequência, a Deputada Mara Caseiro, líder do Governo.

DEPUTADA MARA CASEIRO - Senhor Presidente, primeiramente quero dizer que admirei o trabalho do nosso querido Deputado Antonio Vaz na condução da sessão, mas o nosso presidente é Vossa Excelência. Não há Deputado que conduza os trabalhos com tanta competência quando o senhor, não é, Deputado Paulo Corrêa? Mas Presidente, eu tenho um expediente para apresentar, a ser encaminhado ao presidente da Energisa. Está havendo muito problema de queda de energia nos assentamentos aqui da região. Cai a energia e isso fica, não horas, às vezes dias sem voltar, o que acarreta muitos problemas para os assentamentos. Então, estou pedindo



que a Energisa faça a manutenção e uma análise do que está acontecendo, principalmente no Município de Itaquiraí, nos Assentamentos Santa Rosa, Santo Antônio, Tamakavi e Boa Sorte. Não tem sido diferente no Distrito do Morumbi. Estive lá esta semana, e uma das reclamações da comunidade é exatamente sobre essas frequentes quedas de energia e a demora no restabelecimento; inclusive me foi relatado que às vezes ficam até três dias sem energia, e aí ficam também sem água, enfim, tal situação é inadmissível dentro dos nossos assentamentos. Outra coisa, Senhor Presidente, é muito triste ver as pessoas perdendo a vida para a Covid. Trago hoje uma moção de pesar dirigida aos familiares da Senhora Maria Sueli Pereira de Sousa, que foi primeira-dama do Município de Batayporã, esposa do Jessé, ex-prefeito, pessoa por quem temos muito carinho. Jessé perde a sua companheira de anos, que teve a vida ceifada pela Covid. Vão aqui os nossos sentimentos para os familiares, ao Doutor Jessé, às filhas e filhos do casal. Outra moção de pesar, endereçada à família do Senhor Américo da Costa Leal, falecido no dia 7 de fevereiro, vítima também da Covid-19. Ele era piloto da Azul Linhas Aéreas. É muito triste ver pessoas tão próximas da gente perdendo a vida, é triste ver a quantidade de gente que morre por causa dessa doença terrível. Também, Senhor Presidente, trago aqui uma moção de apoio à Fundação de Cultura do Estado de Mato Grosso do Sul, à Fundação da Cultura e do Patrimônio Histórico de Corumbá, à Prefeitura Municipal de Corumbá e ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) pelo registro do Banho de São João como patrimônio cultural do Brasil: é uma moção de apoio para que isso se concretize. O Banho de São João é uma festa linda, com aqueles festeiros que fazem o Banho de São João, que levam seus andores. O Presidente sabe muito bem disso, assim como o Deputado Evander Vendramini, que é de lá, como é importante a fé, a crença daquelas pessoas, o amor que eles colocam na festa. É importante transformar essa festa em patrimônio histórico não só de Corumbá, mas também de Ladário, é importante elevar o Banho de São João à condição de patrimônio cultural do Brasil. É importante enaltecer essa cultura de Corumbá, de Ladário.

PRESIDENTE - Deputada Mara, pela ordem. O Deputado Evander não precisava ter empurrado a gente aquela vez pra dentro d'água no Rio Paraguai.

DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI - Se me permite, Mara. Presidente, você vai na beira do rio com o andor, chega pertinho, se não molhar nem o pé, não vale a pena, não é?

DEPUTADA MARA CASEIRO - Mas valeu a pena, não é Presidente e Deputado Evander?

PRESIDENTE - Valeu muito a pena. É uma festa maravilhosa, que tem um super astral, é uma tradição corumbaense que a gente tem que respeitar. Se Deus quiser, até lá a gente vai poder se aglomerar de novo.

DEPUTADA MARA CASEIRO - É isso, Senhor Presidente. Muito obrigada.

PRESIDENTE - Agradeço, Deputada Mara Caseiro. Com a palavra, o Deputado Pedro Kemp, na sequência.



DEPUTADO PEDRO KEMP - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu gostaria de fazer algumas considerações sobre o que aconteceu durante o feriado do Carnaval, que hoje toma conta das manchetes dos jornais e que também está na pauta da Câmara dos Deputados em Brasília. Falo da prisão do Deputado Daniel Silveira, do PSL. Essa prisão foi determinada pelo Ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, e confirmada, por unanimidade, por todos os demais ministros do Supremo. Eu achei muito graves as declarações desse Deputado, que, ao afrontar a Suprema Corte do País, atacou praticamente todos os seus integrantes; dirigiu ofensas, injúrias, calúnias contra alguns dos ministros do Supremo. E o que é mais grave, considerado inclusive como crime inafiançável: ele fez a defesa do AI-5, do estado de exceção, atentando contra o estado democrático de direito, aliás, podemos dizer, atacando frontalmente a nossa Constituição. O que o Deputado Daniel Silveira fez foi de fato muito grave, foi um crime que precisa ser punido com rigor, de acordo com a legislação. A meu ver, o Deputado quebrou o decoro parlamentar e, portanto, deve a Câmara dos Deputados, através da sua Comissão de Ética e depois do Plenário, analisar a pertinência ou não da cassação do seu mandato. A Câmara dos Deputados precisa dar uma resposta à população brasileira, porque um integrante do Poder Legislativo, que foi eleito democraticamente, dentro das regras do jogo democrático, não pode se manifestar contra a própria democracia que permitiu sua eleição. Não obstante, mesmo considerando muito grave o que aconteceu, eu penso que nós temos que prestar muito atenção no que está acontecendo no Brasil. Muitas vezes situações como essa são colocadas para desviar o foco, para desviar a atenção do povo brasileiro de outras questões muito importantes, como a pandemia, como a falta de vacinas. Agora mesmo ouvia o Deputado Cabo Almi falando sobre a necessidade de vacinação das pessoas que trabalham nos cemitérios; eu mesmo sou autor de um projeto de lei, que está tramitando, que estabelece prioridade na campanha de vacinação para professores, trabalhadores da Segurança Pública, trabalhadores da limpeza urbana; também de outros segmentos, como as comunidades indígenas, quilombolas, além dos idosos e dos servidores da Saúde, que estão na linha de frente do combate à Covid. Mas uma coisa nós temos que ressaltar: estamos pedindo prioridade para esses segmentos, porém, a realidade é que não existe vacina. Acabou! Os municípios estão suspendendo a vacinação porque não há mais doses para serem aplicadas — esta é a grande questão que precisa ser debatida. Mas voltando ao caso do Deputado. Considero muito grave o que fez o Deputado Daniel Silveira, foi um atentado ao estado democrático de direito, e nós não podemos concordar com isso.

DEPUTADO CABO ALMI - Permita-me um aparte, Deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP - Eu sei que há quem defenda o Deputado dizendo que ele tem o direito de se manifestar, de se expressar livremente. Mas não é este o caso. Não é este o caso porque ninguém pode usar o direito de livre manifestação, da liberdade de expressão, como salvo-conduto para incitar ações que atentam contra as instituições do Brasil, que atentam contra a democracia, que ferem a dignidade das pessoas. Neste caso o Deputado cometeu um crime ao defender o AI-5, ao defender o fechamento do Supremo Tribunal Federal. Aqui abro um parêntese para dizer que, infelizmente, muitos marginais como este Deputado



Daniel Silveira foram eleitos nas últimas eleições na onda bolsonarista — muitos marginais que estão por aí afora. Eles não podem se arvorar no direito de atacar as instituições, a democracia. Faço minhas as palavras do Deputado Federal Fábio Trad, aqui de Mato Grosso do Sul, quando ele diz que "o caso Daniel Silveira é grave e merece a nossa atenção. Entretanto, é preciso ter cuidado com quem atua pensando em distrair o povo brasileiro no jogo político. A falta de vacinas, a crise econômica, o desemprego, a fuga de investidores e a famigerada reforma administrativa para desviar o País do abismo, tudo isso são questões que não podem ser esquecidas, que precisam ser enfrentadas". Quero parabenizar o Deputado Fábio Trad por essas palavras e lhe dizer que assino embaixo: concordo em gênero, número e grau. Esses arroubos autoritários de alguns não podem desviar a atenção do povo brasileiro do que realmente importa neste momento. Estamos vivendo uma crise econômica sem precedentes, uma crise sanitária, uma crise social; e para sairmos da crise, precisamos da vacina. Mas cadê as vacinas?! O Ministro da Saúde foi interpelado ontem pelos governadores, que estão exigindo do Governo Federal providências no sentido de se garantir um cronograma de vacinação que seja cumprido. Mas a incompetência do Governo Federal é tamanha que nós não sabemos quando é que o conjunto da população vai ser vacinado, nem mesmo aqueles setores que reivindicamos aqui como prioritários na vacinação. Então, espero que o Deputado Daniel Silveira seja cassado, que permaneça preso, para servir de exemplo para todos aqueles que acham que podem afrontar o estado de democrático de direito. Mas alerta mais uma vez: não podemos perder o foco neste momento grave, que é a vacinação de toda a população brasileira, para sairmos da crise econômica, social e sanitária que estamos vivendo. É este, pois, o apelo que faço. Infelizmente a gente fica aqui debatendo quem deve ser vacinado, quem tem ou não prioridade, mas a realidade é que não há vacina e ninguém sabe quando haverá: esta que é a realidade.

DEPUTADO CABO ALMI - Permite-me um aparte, Deputado?

DEPUTADO PEDRO KEMP - Vou conceder um aparte ao Deputado Cabo Almi e depois encerrar, Senhor Presidente.

DEPUTADO CABO ALMI - Deputado Pedro Kemp, concordo em gênero, número e grau com suas palavras sobre a gravidade do ato, do crime que cometeu o Deputado Federal Daniel Silveira, mas reconheço que a prisão dele foi irregular, ilegal. Sua prisão foi como a do Delcídio, assim como foi a do André. O Delcídio foi preso, perdeu o mandato e depois foi absolvido; o André foi preso, até hoje não foi condenado e agora absolvido. Foi também assim com a condução coercitiva do Lula: ilegal. Agora, o Deputado Daniel — policial militar, conhecedor da legislação, que sabe que as autoridades militares devem respeitar os seus superiores, que a Suprema Corte é a autoridade máxima, e tendo ele, como autoridade, a obrigação, o dever de contribuir com a harmonia dos Poderes — cometeu um grave crime. Mas eu pergunto a Vossa Excelência, Deputado Pedro Kemp, como vão ficar esses generais, esses coronéis que, da mesma forma como fez o Daniel, vêm afrontando a Suprema Corte? Acham-se no direito de postar vídeo, de postar áudio, de criticar, de ofender. Essa é a pergunta. Eu espero que a Suprema Corte daqui para frente tome as mesmas decisões, as mesmas medidas contra — todos — que o afrontam. Estamos cansados de ver, quantos vídeos já vi aí, absurdos, de generais que, só porque são



militares, acham que devem falar, gravar, e não acontece nada. Incitar ao ódio, dirigir ofensas ao guardião da nossa democracia, que é o Supremo Tribunal Federal, isto é crime. Mas repito: há vários "Daniéis" por aí fazendo a mesma coisa, Deputado Pedro Kemp, e eu espero que também contra esses sejam tomadas providências, que a coisa não fique só no Deputado Federal. Até porque nós sabemos que esse Deputado Federal já se elegeu fazendo esse tipo de coisa, já se elegeu assim. Por isso que ele tirou voto, esta foi a forma que ele encontrou para angariar voto. Lá dentro da caserna, ele tinha várias passagens pela prisão, pela detenção, e chegou ao mandato. Ora, mas o mandato confere ao parlamentar a imunidade no uso da palavra; e ele fez uso da palavra com exageros, mas não é só ele neste País, hoje, que está cometendo esse tipo de crime, todos têm de ser punidos. Pode ser que a partir de agora a ordem se restabeleça na cabeça daqueles que se escondem atrás do aparelho celular, do computador, para gravar áudio e ofender quem quer que seja. Este é o meu entendimento sobre esse episódio da prisão do Deputado Daniel. No meu entender a prisão foi irregular, como já aconteceu em outras prisões de políticos que já vimos aí, mas o que ele fez é de se apurar e punir, é preciso condená-lo.

DEPUTADO PEDRO KEMP - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência, Deputado Cabo Almi. Mas eu tenho que dizer que discordo da sua posição quanto à legalidade da prisão. Eu li toda a decisão do Supremo Tribunal Federal, ela está muito bem fundamentada, trata-se de uma prisão em flagrante, por um delito grave, inafiançável, que é ameaçar o estado democrático de direito e a Lei de Segurança Nacional. Então, na minha avaliação, foi correta a decisão do STF, e se o Supremo não tomasse essa decisão, daqui a pouco qualquer um vai se achar no direito de afrontar as instituições e de pregar a intervenção militar — como fizeram muitos aqui na Afonso Pena, saíram num caminhão de som defendendo a intervenção militar. Isso é de fato algo que tem de ser punido com os rigores da lei. Vossa Excelência falou aqui dos generais, Deputado Cabo Almi, que também estão fazendo esse tipo de discurso. Para mim, lugar de general é no quartel, lugar de general, de militar do Exército é no quartel! Infelizmente hoje o Governo Federal está coalhado de militares, hoje nós temos no Brasil um governo militarizado. Lugar de militar, de general, é no quartel cuidando da segurança do Estado Brasileiro e defendendo as instituições. Infelizmente nós tivemos aí uma inversão de papéis, e hoje o Governo está praticamente nas mãos dos militares. Isto é lamentável! Agora, não vamos nos desviar do foco: precisamos defender neste momento providências urgentes para que haja vacina para todos os brasileiros, precisamos garantir a saúde e a vida das pessoas, e sair desta crise de uma vez por todas. Não vejo outra saída a não ser exigir que todos sejam vacinados. Esta é a minha posição. Muito obrigado, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

PRESIDENTE - Senhores Deputados, não havendo mais nenhum Deputado inscrito...

DEPUTADO CORONEL DAVID - Senhor Presidente.

PRESIDENTE - Deputado Coronel David com a palavra.



DEPUTADO CORONEL DAVID - Senhor Presidente, eu não poderia deixar de rebater o que acabo de ouvir. O Deputado Pedro Kemp se esquece, infelizmente, das várias agressões feitas por integrantes do partido dele, até do condenado Lula, do condenado Zé Dirceu, que em suas passagens pela política também teceram comentários desairosos contra o Supremo Tribunal Federal. Quanto a mim, Senhor Presidente, acerca dessa questão, eu gostaria de dizer que me considero, e me manifesto aqui neste momento, contra a prisão do Deputado Federal decretada pelo STF. E invoco aqui, Senhor Presidente, o artigo 53 da Constituição Federal, que diz que os parlamentares são invioláveis civil e penalmente por quaisquer opiniões, palavras e votos. E vou me socorrer inclusive, Senhor Presidente, de um grande jurista nacional que também é da mesma opinião, que é o Professor Ives Gandra Martins. Disse ele o seguinte: "Eu participei de audiências públicas para a Constituinte, e a decisão — prestem bem atenção aí, Deputado Pedro Kemp, Deputado Cabo Almi — foi para que a liberdade de expressão..."

DEPUTADO PEDRO KEMP - Eu estou prestando, Deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID - Eu não lhe dei aparte, Deputado, por favor. Eu o ouvi com toda a educação, então o senhor fique recolhido no seu silêncio para me ouvir. Por favor.

DEPUTADO PEDRO KEMP - Eu estou prestando atenção, o Senhor me chamou a atenção: estou prestando. Pode falar, embora eu não concorde.

DEPUTADO CORONEL DAVID - Então, dizia o Doutor Ives Gandra: "Eu participei de audiências públicas para a Constituinte e a decisão foi para que a liberdade de expressão do parlamentar fosse plena. Pode haver os maiores absurdos, mas essa liberdade é plena. Quando se ultrapassam os limites da lei, é preciso pedir autorização da Câmara ou do Senado para prender o parlamentar, porque a Constituição é muito clara". Quando nós ganhamos a eleição, outorgada pelo voto popular, uma das garantias previstas na Constituição, como acabei de falar, era (e é) o direito de emitir opinião do parlamentar, de fazer uso da palavra, de votar; tudo isso para assegurar que o mandato, que foi outorgado pelo povo, não sofra nenhuma restrição em seu exercício. O parlamentar tem que ter liberdade de falar. Logicamente que quem avançar o sinal terá de responder na instância que a Constituição admite. Agora, achar legal, normal essa prisão decretada pelo Supremo, aí é demais! E eu gostaria inclusive, Senhor Presidente, de relatar a participação e a manifestação do Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Mato Grosso do Sul, Doutor Mansour Elias Karmouche, que afirmou o seguinte: "Prender alguém em flagrante por um vídeo publicado nas redes sociais abre um precedente muito grave, pois ninguém viu o Deputado cometendo o crime nem quando este ocorreu. Além disso, hoje é um parlamentar da direita, amanhã poderá ser da esquerda, ou até mesmo jornalistas poderão ser vítimas disso; amanhã ou depois um jornal não poderá mais tecer nenhum comentário sobre a decisão de um juiz, e isso é muito grave, pois fere o direito à liberdade de imprensa". Concluindo, Senhor Presidente, para não nos alongarmos no assunto, quero dizer que vi ontem uma publicação do Deputado Pedro Kemp, onde ele chama aqueles que se elegeram na onda bolsonarista — como eu



também e outros — de marginais, e aponta o Deputado Daniel Silveira como marginal também. Apesar de não concordar com aquilo que foi escrito pelo Deputado Pedro Kemp, e até por defender isso, eu digo que ele tem a inviolabilidade do seu direito de emitir opinião, de falar, da palavra, do voto. Como dizia Voltaire, Deputado Pedro Kemp, por mais que eu não concorde com aquilo que o senhor fala, defenderei até a morte o seu direito de continuar falando. A nossa manifestação aqui é a seguinte: é a defesa absoluta e irrestrita da liberdade de opinião do parlamentar brasileiro, porque isso está assegurado na nossa Constituição. Caso as pessoas...

DEPUTADO PEDRO KEMP - Concede-me um aparte, Deputado?

DEPUTADO CORONEL DAVID - Só um minutinho, Senhor Deputado... Caso o cidadão se sinta ofendido por aquilo que é dito por um parlamentar, mesmo que ofensivas suas palavras, ainda que tendo extrapolado os limites admitidos pela lei, ele, cidadão, tem guarida na Constituição brasileira, com base nela poderá fazer a sua reclamação, e com base nela poderá sobrevir uma eventual punição desse parlamentar. Mas não podemos admitir uma coisa destas em hipótese alguma: que na calada da noite um ministro do Supremo Tribunal Federal, invocando um poder soberano, possa tirar a liberdade de um deputado federal, de um parlamentar brasileiro, por ter ele se expressado. Essa ordem de prisão foge totalmente daquilo que é prescrito nas leis brasileiras: prisão em flagrante com mandado?! Nunca tinha visto isso — nunca. Prisão em flagrante não depende de mandado. Flagrante de crime formal alegando-se perpetuidade da ação por estar ela na internet; ordem emanada de uma autoridade que é, ao mesmo tempo, investigador, acusador e juiz da causa?! Nunca vi isso, Senhor Presidente. Eu fico realmente preocupado com o que vem acontecendo no Brasil. E me permita dizer, Senhor Presidente, não quero aqui ferir nenhuma susceptibilidade, não quero atingir nenhum dos Poderes constituídos da Nação: mas o que nos chama atenção é que infelizmente todos aqueles que têm uma ligação com a direita brasileira, que têm uma ligação com o Presidente da República estão sendo encarniçadamente julgados e perseguidos por aquilo que falam. Enquanto isso, pessoas que cometem crimes muito mais graves, que atingem diretamente a sociedade, tirando a vida, tirando o recurso público que poderia ser empregado numa área mais necessária à população, podem continuar xingando e criticando sem serem incomodadas pelo Supremo. Eu concedo o aparte ao Deputado Pedro Kemp, que educadamente nos ouviu. E depois concedo também aparte ao Deputado Cabo Almi.

DEPUTADO PEDRO KEMP - Gostaria de fazer um contraponto a algumas colocações que Vossa Excelência fez. Primeiro quero dizer que, acerca da postagem que fiz no Facebook afirmando que muitos marginais foram eleitos na onda bolsonarista, quero dizer que não incluo nisso Vossa Excelência, que é uma pessoa honrada, que tem um trabalho prestado ao nosso Estado. Eu o respeito muito. Mas infelizmente tenho que admitir que alguns que foram eleitos nessa onda bolsonarista não têm qualificação para exercer o mandato parlamentar, e incluo entre estes o Deputado Daniel Silveira. Eu vou discordar de Vossa Excelência e concordar com os onze ministros do STF, que consideraram que ele praticou crime inafiançável quando atacou o Supremo Tribunal Federal, as instituições da democracia e do estado de direito. Vossa Excelência citou o artigo 53 da Constituição, que fala da imunidade parlamentar, mas a imunidade parlamentar também tem seus limites. Nós não



podemos, por exemplo, incitar à derrubada do estado democrático de direito, isso aí já extrapola o instituto da imunidade parlamentar. Mas o mesmo artigo da Constituição citado por Vossa Excelência, em seu parágrafo 2º, diz que "desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável". Eu posso até dizer que Vossa Excelência tem uma posição contrária sobre o suposto crime praticado pelo Deputado, mas o Supremo Tribunal Federal considerou que ele praticou crime inafiançável, e neste caso ele pode ser preso. Então, queria apenas discordar de Vossa Excelência — neste aspecto — e dizer que não podemos admitir ataques ao estado democrático de direito. Como faz, por exemplo, o próprio Presidente da República, que Vossa Excelência defende... Os filhos dele e muitos bolsonaristas já fizeram até manifestações em frente ao Supremo Tribunal Federal defendendo a cassação dos ministros e o fechamento do STF. Um filho do Presidente chegou a dizer que bastava um cabo para ir lá no Supremo e fechar aquele negócio. Acho isso inadmissível. Em todo o caso, estamos sendo obrigados a conviver com essas peças que surgiram aí na política nos últimos anos. Finalizo, Deputado, agradecendo o espírito democrático de Vossa Excelência e reiterando minhas palavras iniciais: considero Vossa Excelência um Deputado qualificado, preparado, uma pessoa honrada e que retornou à Assembleia Legislativa consagrado nas urnas pelos trabalhos que realizou no Estado. Paz e bem. Um abraço.

DEPUTADO CORONEL DAVID - Somente para encerrar, quero dizer ao Deputado Pedro Kemp que a imunidade parlamentar pode ter limite, mas parece que o único que não tem limites aqui no Brasil é o Supremo Tribunal Federal, que pode fazer e acontecer a qualquer momento. E veja que eu sou um homem extremamente democrático, com um profundo respeito pelas instituições nacionais, mas fico preocupado com algumas ações nesse caso. Preciso dizer, Deputado Cabo Almi, que agora tenho outro compromisso, há pessoas me esperando, infelizmente não poderei ouvi-lo. Se o senhor quiser se manifestar mesmo assim, sugiro que peça à Presidência: não vou poder lhe conceder o aparte. Apenas para terminar, quero dizer o seguinte: o Deputado Daniel Silveira, por ordem do Supremo Tribunal Federal, foi preso por ter cometido um crime inafiançável. Pois bem, mas não existe dentro do ordenamento jurídico brasileiro o crime de opinião, que poderia nesse caso ser transformado em crime inafiançável, de forma que continuamos sem respostas, infelizmente. O que vimos foi um ataque à nossa Constituição, a prisão absurda de um Deputado que, dentro do seu mandato parlamentar, tem garantido pela nossa Carta Magna o direito de manifestar sua opinião, do livre uso da palavra e do seu voto. Não foi isso que a gente viu nesse caso. Muito obrigado, Senhor Presidente.

DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI - Pela ordem, Senhor Presidente.

PRESIDENTE - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Evander Vendramini.

DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI - Senhor Presidente, bem rapidamente. Quero agradecer a Vossa Excelência pela paciência, porque eu não estava inscrito. É só para registrar que estou apresentando amanhã um requerimento endereçado ao INSS. Acontece que no País inteiro, mas principalmente aqui no Estado, em Campo Grande, naqueles municípios onde funciona uma agência do INSS,



como lá na minha Corumbá, as pessoas estão passando por um enorme transtorno quando precisam passar por um perito devido a uma questão de saúde, quando não têm condições de trabalhar e precisam do benefício, precisam do auxílio-saúde. Vou contar o caso de Corumbá. Os médicos que atendiam lá são profissionais excelentes mas, como são pessoas do grupo de risco, estão afastadas, não estão atendendo: ninguém atende. Isso vai se acumulando, acumulando, e as pessoas que estão neste momento sem receber salário por não estarem trabalhando não conseguem receber o benefício do INSS, e a vida assim fica muito mais difícil. Então, estou encaminhando esse pedido ao Governo Federal para que reveja a situação, que tome providências para alocar outros médicos nesses municípios, que substitua os profissionais que se encontram afastados por motivo de saúde. Além desse problema, as agências do INSS estão com uma carência muito grande de servidores, o que torna o atendimento precário; o atendimento on-line, predominante hoje em dia, ainda está com muitas dificuldades de acesso. Então, Senhor Presidente, amanhã farei esse apelo através de um requerimento, pedirei ao ministério que tome providências nesse sentido, que pelo menos coloque à disposição da população, que é direito seu, um perito para avaliar esses problemas de saúde. O trabalhador passa tantos anos contribuindo para esse fundo e na hora que precisa não tem um servidor que possa atendê-lo. Esse é o apelo, Senhor Presidente. Obrigado.

PRESIDENTE - Não havendo mais oradores inscritos, dou por encerrada a presente Sessão Ordinária (10h35min).